

DA DIPLOMÁTICA TRADICIONAL PARA A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA: TRAJETÓRIA E CONVERGÊNCIAS COM A ARQUIVÍSTICA

Maiara de Arruda Nascimento

Mestranda em Patrimônio Cultural na PPGPPC/UFSM

Arquivista na UFSM

E-mail: maiara.an@gmail.com

Glauca Vieira Ramos Konrad

Professora Doutora, Adjunta na UFSM

E-mail: glauca-k@uol.com.br

Resumo: Este artigo aborda o caminho percorrido pela Diplomática, desde sua origem, quando sua finalidade era comprovar a autenticidade dos documentos medievais, até o momento atual, em que se ocupa com a gênese documental, ou seja, com o estudo de como os documentos surgem em relação às entidades que os produziram. Esta é uma pesquisa bibliográfica, do tipo revisão de literatura, que teve como fonte, a literatura nacional e estrangeira, disponíveis em artigos de periódicos, livros e teses. Apresenta a história, os conceitos e a contribuição da Diplomática para a Arquivística, já que ao fornecer subsídios para a análise dos elementos que constituem os documentos a diplomática pode contribuir para o entendimento do conjunto documental, como um todo orgânico. Assim, conclui que a Diplomática Contemporânea é uma importante ferramenta a ser apropriada pela Arquivística, tendo por finalidade o tratamento dos conjuntos documentais, englobando os diferentes documentos produzidos na atualidade, inclusive os digitais.

Palavras-chave: Diplomática. Diplomática Tradicional. Diplomática Contemporânea. Arquivística. Tipologia Documental.



1 INTRODUÇÃO

A Diplomática e a Arquivística são duas áreas do conhecimento humano que têm o mesmo objeto de estudo: o documento de arquivo. Enquanto a Diplomática se ocupa da configuração interna do documento para avaliar a sua

autenticidade e fidedignidade, a Arquivística se volta ao documento enquanto integrante de um conjunto, com o vínculo que esse estabelece com o seu organismo produtor e com os demais documentos produzidos em meio a esse conjunto, visto que o documento isolado não produz sentido para a Arquivística.

Em sua origem, a Diplomática esteve ligada ao estabelecimento de regras para comprovar a autenticidade dos documentos produzidos durante a Idade Média. Nos séculos seguintes, passou por mudanças em relação aos seus métodos, com estreita ligação com outros campos, tais como a Paleografia, a História e o Direito. Essas mudanças culminaram numa ampliação significativa de seu objeto de estudo e do seu campo de ação. Já a Arquivística, nasceu, no século XIX, como extensão da Diplomática, o que não se trata de novidade. O aspecto novo se dá, conforme Rondinelli (2004, p. 45), pela percepção, por parte da Arquivística, de que os métodos diplomáticos podem ser úteis na análise dos documentos de hoje.

Isso se deve à nova faceta da Diplomática, voltada à gênese do documento, a qual é chamada pelos estudiosos de Diplomática Contemporânea, Diplomática Arquivística, ou ainda, Tipologia Documental. Muito mais do que estudar a autenticidade formal dos documentos, a Diplomática, atualmente, se ocupa com a sua gênese, direcionando-se à compreensão do documento em relação às atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora. Tem sua base nos estudos da italiana Paola Carucci, em 1987, mas foi aprofundada no Canadá, por Luciana Duranti, a qual comprovou que o método diplomático pode ser adotado para quaisquer documentos, inclusive os digitais, a fim de se obter a compreensão dos documentos em relação aos seus conjuntos.

Este artigo foi elaborado no âmbito da disciplina de “Diplomática Contemporânea/Arquivística para a preservação do patrimônio documental”, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC/UFSM). Após, houve a incursão de novos referenciais teóricos com a finalidade de aprimorá-lo. O objetivo do artigo é

traçar o caminho percorrido pela Diplomática, desde a sua criação, quando o seu objeto de estudo era o documento isolado, até o momento atual, em que o vínculo do documento com a entidade produtora, é visto como primordial, para o seu pleno entendimento. Ademais, pretende-se abordar a apropriação da Diplomática Contemporânea pela Arquivística, tendo por base que o estudo da tipologia documental é essencial para as atividades de tratamento e recuperação dos acervos arquivísticos.

O artigo está estruturado em seis capítulos, em que a “Introdução” traça uma breve explanação dos temas que serão abordados; após, tem-se o capítulo “Metodologia”; seguido do capítulo “Do surgimento da Diplomática Tradicional à reinvenção da Diplomática Contemporânea”; do capítulo “O redescobrimento da Diplomática pela Arquivística”; do capítulo “A Diplomática e os documentos arquivísticos digitais” e, por fim, tem-se o capítulo destinado às “Considerações Finais”, seguido das Referências Bibliográficas.

A seguir, está o capítulo “Metodologia” destinado a explicar a elaboração deste trabalho sob o ponto de vista dos materiais e métodos utilizados.

2 METODOLOGIA

Este artigo de revisão de literatura, o qual resulta do levantamento e da análise do que já foi publicado sobre o tema, permitindo, assim, um mapeamento de quem escreveu e o que já foi pesquisado sobre o assunto (SILVA; MENEZES, 2005, p. 37).

Fez-se uso da técnica conhecida como exploratória, visto que sua finalidade primordial é proporcionar maior compreensão de determinado fato e envolve levantamento bibliográfico (GIL, 2008). No caso deste artigo, buscou-se compreender a trajetória da Diplomática, de seus princípios e métodos, e como essa se relaciona com a Arquivística, sobretudo, no contexto contemporâneo em que documentos são produzidos nos mais diferentes formatos e suportes.

Assim, foram realizados levantamentos bibliográficos a partir de livros, artigos científicos e demais publicações acerca do tema, sendo esses os meios escolhidos para a coleta de dados. Fez-se a identificação prévia dos materiais relacionados ao assunto, por meio de buscas na internet junto à periódicos da área das ciências sociais aplicadas, livros e eventos científicos. Os principais termos utilizados na pesquisa foram os seguintes: diplomática; diplomática tradicional; diplomática contemporânea; tipologia documental e vínculo arquivístico.

Após, ocorreu a etapa da seleção das publicações por meio da leitura dos índices e resumos dos materiais. As publicações selecionadas foram, assim, compiladas e classificadas de acordo com os assuntos, os tipos de publicação e sua autoria. A fase seguinte foi destinada à leitura das publicações obtidas, seguida da etapa de análise crítica da bibliografia, cujo objetivo foi o estabelecimento de interpretações das leituras realizadas. Dessa forma, chegou-se aos estudos de autores como Ana Célia Rodrigues, Heloísa Bellotto, Luciana Duranti, Natália Tognoli e Rosely Rondinelli, entre outros.

Por fim, ocorreu a etapa do fichamento, que compreendeu a redação sucinta dos principais conteúdos estudados nas obras, a transcrição na íntegra de citações dos materiais, a elaboração de análises críticas dos conteúdos e as referências bibliográficas completas das publicações.

A realização desses métodos e etapas possibilitou que os objetivos da pesquisa fossem atingidos. A seguir, está o capítulo “Do surgimento da Diplomática Tradicional à reinvenção da Diplomática Contemporânea”, destinado a percorrer o caminho da Diplomática desde sua criação até a atualidade.

3 DO SURGIMENTO DA DIPLOMÁTICA TRADICIONAL À REINVENÇÃO DA DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA

Etimologicamente, “Diplomática” vem do grego “*diplooo*” e está relacionada ao verbo dobrar ou pregar, que, por sua vez, originou a palavra “diploma”, que significa “dobrado”, já que na Antiguidade Clássica, os documentos costumavam ser escritos em duas tábuas unidas por dobradiça, chamadas dípticos. Já no império romano, o diploma era considerado um documento solene, emitido por uma autoridade soberana. O termo é confundido com “Diplomacia”, visto que ambos têm a mesma origem etimológica, porquanto “Diplomacia” esteja associada à “arte de conduzir negociações internacionais, as quais resultam na compilação e na troca de documentos oficiais, denominados diplomas” (DURANTI, 1996, p. 23).

O surgimento da Diplomática enquanto campo do conhecimento humano ocorreu somente no século XVI, e sua origem está ligada à falsificação de documentos. Rodrigues (2008) afirma que o ato de falsificar documentos está presente na história da humanidade desde a criação dos primeiros registros documentais, mas por muito tempo não havia mecanismos para identificar quais documentos eram alvos de falsificação. Sua autenticidade estava associada, inicialmente, ao local de preservação do documento: se a instituição tivesse bons atributos, o documento ali preservado era considerado autêntico.

É apenas no século VI, mais precisamente, durante o governo de Justiniano que foram estabelecidas as primeiras características que os documentos deveriam conter para serem considerados autênticos. Essas regras resultaram do crescente número de casos em que documentos falsos eram guardados em locais especiais para assim serem acatados como autênticos (RONDINELLI, 2004).

Durante a Idade Média, a Igreja Católica passou por mudanças decorrentes da Reforma e Contrarreforma. Em meio aos planos revisionistas de ordem teológica, os jesuítas franceses resolveram publicar os primeiros volumes da *Acta Sanctorum*, com o objetivo de avaliar criteriosamente as trajetórias vividas pelos santos, procurando separar os fatos que realmente

ocorreram em suas vidas dos que não passavam de lendas. Tognoli (2010) revela que o jesuíta Daniel Van Papenbroeck, ao escrever a introdução do segundo volume da *Acta*, declarou erroneamente que alguns documentos mantidos no mosteiro de Saint Denis eram falsos, caindo, assim, em descrédito os demais documentos ali preservados. Relata Bellotto (2002), que Papenbroeck estabeleceu em sua “crítica documental” que quanto mais antigos fossem os documentos, menos seriam esses dignos de fê, colocando em dúvida os documentos existentes nos arquivos da Ordem de São Bento.

Esse fato gerou a revolta dos monges da Ordem dos Beneditinos, que se julgavam especialistas nas questões de crítica documental. Em resposta aos escritos de Papenbroeck, houve, em 1681, a publicação do tratado intitulado “*De re diplomática libri VI*”, ocasionando, assim, o episódio conhecido como Guerra Diplomática. De autoria do beneditino Jean Mabillon, a obra estabeleceu regras precisas para estabelecer a autenticidade dos documentos, instituindo, assim, a ciência que ele denominou como Diplomática. “O método preconizado por Mabillon consiste em repartir o documento em suas partes e analisá-las separadamente em seus elementos internos e externos” (TOGNOLI e GUIMARÃES, 2009, p. 26).

Aqui cabe destacar que os elementos internos ou intrínsecos dos documentos são os relativos à matéria empregada em sua confecção (papel, pergaminho, papiro, tintas, cores, iluminuras, encadernação), à escrita (tipo de letra, assinaturas) e ao selo, já os elementos externos – ou extrínsecos – são os relativos à língua, ao teor e ao texto, conforme Berwanger e Leal (2015).

Importante destacar que uma das partes da obra de Mabillon era dedicada à análise da escrita dos documentos, razão pela qual é considerada também como o primeiro tratado de Paleografia, sendo essa conceituada como “arte e técnica de decifrar e ler escrituras e sinais gráficos antigos, fixados em suportes brandos e semibrandos” (RIESCO TERRERO, 2000, p. 97, tradução nossa). Apesar de Mabillon ter iniciado o estudo dos tipos de escrita, não

foi ele o responsável por nomear essa nova ciência; segundo Duranti (1996), deve-se ao beneditino Dom Bernardo de Montfaucon a criação do termo “Paleografia”, em 1708, na obra “*Palaeographia graeca, sive de ortu et progressu literarum*”.

Após a publicação da obra de Mabillon, os estudos diplomáticos e paleográficos ganharam impulso e outras obras a respeito do tema foram publicadas em toda a Europa, contribuindo para o aperfeiçoamento do método diplomático. Esse passou a ser ensinado, inclusive, nas escolas de Direito. Merecem destaque as obras geradas a partir de estudiosos como Guizot; Germon; Giry; Bouard; Muratori; Fumagalli; Maffei; Baffi; Lupi; Paoli; Schiaparelli e Manaresi (GALENDE DÍAZ e GARCÍA RUIPÉREZ, 2003).

Nos séculos XVIII e XIX, com a introdução dos estudos diplomáticos nas escolas europeias, a Diplomática tornou-se uma ciência auxiliar da História, visto que era utilizada para verificar a autenticidade dos documentos medievais considerados fontes históricas. Nessa época, a Diplomática era definida ora como ciência, ora como arte crítica.

Rodrigues (2008) salienta o surgimento de especialistas e escolas de Paleografia e Diplomática na França e Itália, com destaque para a *École Nationale des Chartes*, em Paris, fundada em 1821, onde a Paleografia passa a desenvolver-se como disciplina autônoma e há um progresso na formulação e na definição dos princípios que regem a Diplomática. Houve, assim, nessa época, o estabelecimento de importantes marcos teóricos na área diplomática.

Entre esses, está o estudo da forma documental e o estudo crítico do documento, implementados por Sickel, em que as partes que compõem o conteúdo documental passaram a ser distinguidas, compreendendo três seções: o protocolo inicial, que inclui as pessoas, o tempo, o lugar e o assunto inseridos no contexto da ação; o texto, que se refere à ação propriamente dita e às considerações e circunstâncias que o geraram e, por fim, o protocolo final (ou escatocolo) que contém o fechamento do

documento (DURANTI, 1996). Outro importante marco para a Diplomática foi a distinção, proposta por Ficker, entre as duas fases principais do documento diplomático: o momento do ato jurídico (*actio*) e o momento do seu registro documental (*conscriptio*).

Outrossim, os diplomatas criaram um método considerado fundamental para verificar a autenticidade ou não do documento, denominado Tradição Documental, o qual foi desenvolvido para detectar o estado de transmissão do documento, o qual poderia se apresentar sob a forma de minuta, original ou cópia. Bellotto (2007) acrescenta que a Tradição Documental estabelece a chamada “ingenuidade documental”, ou seja, como o documento se relaciona com o seu original ou, até mesmo, com sua origem, com a *actio* documentada.

Tais métodos e conceitos foram considerados de suma importância para a Diplomática, pois essa passou a atentar-se para os documentos criados em decorrência de fatos de natureza jurídica, que eram documentos que possuíam uma configuração determinada, ou seja, uma forma condizente com o seu teor jurídico, capaz de dar aos documentos fé pública e valor de prova. Todavia, após os estudos de Sickel e de Ficker, no final do século XIX e até parte do século XX, a Diplomática conheceu um período de estagnação, denominada por muitos teóricos de “crise da Diplomática”. Essa fase se caracteriza pela falta de consenso entre os estudiosos em relação às quais documentos são objetos de estudo do diplomata.

Paralelamente a isso, ocorre o surgimento da Arquivística, cujo objeto de estudo também consistia nas informações registradas. Surgida no contexto da Revolução Francesa, com a abertura dos arquivos aos cidadãos comuns, a Arquivística esteve, em seu início, fortemente vinculada à Diplomática, sendo apropriada rapidamente pelos historiadores, visto que os arquivos passaram a ser reconhecidos como tesouro nacional e utilizados como fontes históricas.

Em 1841, com a enunciação do primeiro princípio arquivístico, o Princípio da Proveniência ou Princípio de Respeito aos Fundos, a Arquivística teve seu *status* elevado, mas foi apenas em 1898 com a publicação da obra “*Manual dos Arquivistas Holandeses*” que esta se tornou definitivamente reconhecida como disciplina científica. A publicação de Müller, Feith e Fruin, é considerada um grande avanço teórico para a área, ao apresentar regras sobre arranjo e descrição de documentos. Seguiram-se outras publicações relevantes para a teoria e a sistematização arquivísticas, tais como o *Manual of Archive Administration* (1922), de Jenkinson, e *Archivistica* (1928), de Casanova.

A partir de 1930, com a explosão documental, a dimensão administrativa dos arquivos, até então relegada em função de sua utilização exclusiva como fonte histórica, começa a ganhar força, surgindo, assim, o conceito de gestão documental. Já nos anos 80, a criação das novas funções administrativas, o surgimento das tecnologias da informação e comunicação e a variedade dos novos formatos de documentos, levaram a Arquivística a repensar os seus princípios e a readaptá-los para responder de modo eficiente às novas demandas.

É nesse ponto que a Arquivística passa a atuar em conjunto com a Diplomática. Segundo Tognoli e Guimarães (2011), a incorporação da Diplomática pela Arquivística foi defendida, novamente nos anos 60, pelo arquivista francês Bautier, o qual estabeleceu uma identidade comum entre o documento diplomático e o documento de arquivo, definindo como objeto da crítica diplomática todas as peças de arquivo, incluindo o estudo de documentos provenientes de diferentes épocas e não somente os documentos medievais, como até então era feito. Todavia, as ideias de Bautier só começariam a ser plenamente aceitas pela comunidade arquivística vinte anos mais tarde.

Próximo aos 80, começa a se formar uma nova geração de estudiosos de Diplomática Especial, que aplicando os princípios teóricos e metodológicos da disciplina aos documentos de arquivo, estabeleceram um profícuo diálogo entre as áreas, cujos

estudos de natureza teórica que vem exercendo profunda influência no fazer arquivístico internacional, contribuindo para a construção teórica em Arquivística (RODRIGUES, 2008).

Foram esses os estudiosos que conferiram à Diplomática o sentido de modernidade que esta ocupa hoje junto à Arquivística. Para Bellotto (2014), essa passou de disciplina que se ocupava somente da estrutura formal dos atos escritos jurídicos, e/ou notariais, para a ciência dos documentos institucionais, funcionais e da informação orgânica. Conhecida por Diplomática Moderna, Diplomática Especial, Diplomática aplicada à Arquivística ou ainda Tipologia Documental. A Diplomática Contemporânea é vista, atualmente, como fundamental para o tratamento dos acervos arquivísticos.

Esse capítulo versou sobre o surgimento da Diplomática Tradicional até o advento da Diplomática Contemporânea. No próximo capítulo, será apresentada a Diplomática Contemporânea e sua convergência com a Arquivística, mostrando como a primeira pode contribuir com a segunda.

4 O REDESCOBRIMENTO DA DIPLOMÁTICA PELA ARQUIVÍSTICA

Durante muito tempo, a Diplomática foi mal compreendida e, até mesmo, subaproveitada no meio arquivístico, segundo afirma Bellotto (2014). Conforme já visto, essa situação passou a mudar, a partir dos anos 80, com os estudiosos Nuñez Contreras, Romero Tallafigo, Antonia Heredia Herrera, Vicenta Cortés Alonso, o Grupo de Trabalho dos Arquivistas Municipais de Madri, e, mais recentemente, Paola Carucci e Luciana Duranti.

Para Rodrigues (2008), o que se observa, atualmente, é uma adaptação da metodologia da Diplomática às necessidades da Arquivística, assim como outrora ocorreu com o Direito e a História. Essa ideia é reforçada por Tognoli e Guimarães (2011) que defendem a manutenção dos princípios e conceitos arquivísticos e a renovação do método e do objeto da

Diplomática, para que, a partir desta, obtenha-se a identificação e o restabelecimento do contexto de criação dos documentos contemporâneos, em diferentes meios e suportes, garantindo, portanto, a sustentação da Arquivística no século XXI.

Rondinelli (2011), por sua vez, explica que a recente associação da Arquivística com a Diplomática, não pressupõe o estabelecimento de uma terceira área do conhecimento, o que configuraria uma relação transdisciplinar. Pelo contrário, a união entre as duas áreas apenas reforça e estreita os laços interdisciplinares entre estas¹.

Segundo Duranti (2014), a chamada Diplomática Arquivística, nada mais é, do que a integração da teoria arquivística e da diplomática, quanto à gênese, à estrutura interna e à transmissão de documentos, bem como sua relação com os fatos representados nestes, com outros documentos produzidos no decurso da mesma função/atividade e com os seus criadores.

Assim, a Diplomática que, antes, ocupava-se somente da estrutura formal dos documentos, sua autenticidade e fidedignidade, possuindo o olhar voltado para o documento isolado, como peça única, atualmente, percebe o documento como integrante de um conjunto, com perceptível ampliação de seu objeto em direção à gênese documental. Conforme Bellotto (2014), parte-se do pressuposto que, no geral, por trás da origem do documento, está uma necessidade, quer seja da sociedade ou de um sistema corporativo, ou ainda, está uma rotina a ser desempenhada, sendo que é preciso buscar a ação que provocou a sua elaboração para chegar-se à gênese documental. “O que a Diplomática define como a união entre *actio* (a ação) e

¹ Enquanto a interdisciplinaridade promove o intercâmbio teórico e metodológico, a aplicação de conhecimentos de uma ciência em outra, a transdisciplinaridade, na prática, propõe o rompimento de paradigmas e modelos das disciplinas acadêmicas, tendo em vista as novas exigências da sociedade. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/livro-jayme-paviani-interdisciplinaridade-conceitos-e-distincoes2008131p.html>>. Acesso em: 30 maio 2016.

conscriptio (a passagem para o documento escrito) significa o nascimento do documento” (BELLOTTO, 2014, p. 337).

Para Rodrigues (2008), a respeito da evolução da Diplomática, pode-se afirmar que a Diplomática Contemporânea é produto de uma revisão do desenvolvimento e da atualização dos princípios formulados anteriormente. No seu sentido moderno, os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, nas relações entre as competências, funções e atividades do órgão produtor e, nesse sentido, apresenta profundas relações com a Arquivística. Percebe-se, nesse contexto, que a possibilidade de integração dos princípios e conceitos da Diplomática aos da Arquivística é vista como um caminho seguro para o bom gerenciamento arquivístico dos documentos no presente (RONDINELLI, 2004).

Tognoli e Guimarães (2009) afirmam que com a aplicação do método diplomático é possível reconstruir, a partir de um único documento, o contexto de produção de um conjunto documental, uma vez que as fontes utilizadas para reconstruir o percurso do documento, tais como organogramas, estatutos e regimentos, nem sempre conseguem fornecer a ação que motivou a sua criação.

Nas palavras de Bellotto (2014), a Diplomática continua a debruçar-se sobre a confiabilidade e a autenticidade dos documentos de arquivo, porém agora os vê não mais isoladamente, mas sim vinculados ao seu meio genético. Logo, o vínculo arquivístico é considerado como componente essencial do documento de arquivo, pois revela sua verdadeira natureza, isto é, a relação deste com o seu órgão produtor (RODRIGUES, 2011).

Não é possível, porém, falar do vínculo arquivístico sem lembrar-se do Princípio da Proveniência ou Princípio de Respeito aos Fundos, pois esse é o responsável por identificar o documento em relação ao seu criador. Em outras palavras, os arquivos devem ser organizados em obediência à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção/acumulação dos documentos.

Kuroki e Marques (2015) entendem o Princípio da Proveniência como um dos preceitos norteadores da Arquivística como disciplina, esse traduz fielmente a essência dos arquivos, a sua organicidade, na conjugação do contexto de produção e acumulação dos documentos, da estrutura jurisdicional e administrativa das instituições e na organização dos documentos conforme as funções e atividades que lhes deram origem.

Atualmente, a Diplomática volta-se ao estudo da tipologia documental, ou seja, à lógica orgânica dos conjuntos de documentos. Rondinelli (2004) conclui que analisar um documento, à luz do método diplomático, significa buscar uma relação entre a palavra e o mundo, pois sua finalidade é entender o mundo através do documento. Para tanto, faz-se necessário decompor o documento em seus elementos constitutivos. Já para a Tipologia Documental, importa analisar o documento segundo as relações que este estabelece com os seus semelhantes, isto é, com documentos que são frutos das mesmas funções/atividades, e, por fim, com a própria instituição geradora da documentação.

Tem-se, desse modo, o tipo documental, que nada mais é do que a espécie documental, enquanto componente de um conjunto de registros que representam uma atividade jurídica e/ou administrativa. A espécie, por sua vez, é tal como um formulário, pois somente torna-se tipo documental, quando sua gênese é agregada à atividade/função/razão funcional que a caracteriza como testemunho do cumprimento de um quesito organizacional (BELLOTTO, 2014).

Atenta-se para o fato de que não se deve confundir o termo “tipologia documental” com “tipo documental”, segundo Troitiño-Rodrigues (2012), é algo que comumente ocorre. A tipologia documental ocupa-se com a análise, o estabelecimento e o reconhecimento de elementos e padrões constituintes do tipo documental, ao passo que o tipo documental é a expressão de um modelo, servindo como parâmetro para o reconhecimento de unidades documentais semelhantes, derivadas da mesma atividade e de igual espécie (TROIÑO-RODRIGUES, 2012).

Por outro lado, somente a partir da compreensão entre o documento e a atividade que o gerou é que o arquivista poderá cumprir satisfatoriamente as atividades de identificação, classificação, avaliação e descrição. Nessa perspectiva, evidencia-se que os tipos documentais formarão as séries que, conseqüentemente, formarão os grupos e os fundos que constituem o acervo, permitindo a elaboração de planos de classificação, tabelas de temporalidade e instrumentos de descrição. Assim, a tipologia documental permeia todas as ações arquivísticas, constituindo um dos temas mais pesquisados atualmente no campo arquivístico (NASCIMENTO e VALENTIM, 2012).

Essa visão é corroborada por Bellotto (2014) que afirma que a tipologia documental é uma metodologia a ser empregada em diferentes funções arquivísticas, o que aproxima os objetivos da Diplomática aos da Arquivística e que obedece aos princípios teóricos de ambas as disciplinas. A mesma autora elenca os principais campos de aplicação da tipologia documental, demonstrando que esta pode ser útil à Arquivística em diferentes segmentos, a saber:

1. No arranjo (nos arquivos permanentes, portanto) e mesmo na elaboração dos planos de classificação (nos arquivos correntes, portanto).
2. Na descrição, já que vai esclarecer se os conteúdos veiculados em um determinado formato jurídico podem ou não ser acatados.
3. No serviço aos usuários. Quando designadas as funções que o investigador deseja averiguar, as tipologias, se corretamente identificadas, facilitarão o acesso aos documentos certos, supondo que os documentos estejam diplomaticamente corretos.
4. Na avaliação, porque as tabelas de temporalidade só chegarão a seu objetivo se baseadas numa identificação das espécies documentais e das respectivas funções, a qual só a tipologia pode proporcionar. (BELLOTTO 2004, p. 348)

Em se tratando dos pesquisadores que contribuíram para a consolidação da Diplomática Contemporânea, merece destaque o Grupo de Trabalho dos Arquivistas Municipais de Madri, o qual desenvolveu um modelo de análise documental para o estudo das tipologias documentais. O grupo, constituído em 1981, e que perdurou por cinco anos, foi coordenado por Vicenta Cortés Alonso e realizou o levantamento e a identificação dos tipos documentais provenientes dos fundos dos arquivos municipais da região do entorno de Madri – documentos públicos, portanto. Bellotto (2002) destaca que o resultado da pesquisa do grupo ficou registrado no “*Manual de Tipologia Documental*”, com possibilidade de aplicação a documentos de quaisquer esferas governamentais.

Porém, foi a arquivista italiana Paola Carucci a primeira a aplicar a crítica diplomática aos documentos contemporâneos. Em 1987, ela publica a obra “*Il documento contemporâneo: Diplomática e criteri di edizione*”, contribuindo, conforme Rodrigues (2008), significativamente para a área, pois redefiniu o documento a uma visão mais ampla, tendo por foco a sua proveniência administrativa, que o origina antes mesmo de sua forma documental. Carucci defende que os requisitos para os estudos diplomáticos, identificados na crítica dos documentos medievais, continuam válidos para os documentos contemporâneos, sobretudo em ambientes digitais, os quais exigem a identificação do documento arquivístico no interior do sistema de informação (RODRIGUES, 2008).

Também nos anos 80, ocorre a publicação de uma série de artigos da autoria de Luciana Duranti, que mais tarde seriam compilados e se tornariam o livro intitulado “*Diplomatics: new uses for an old science*”. Para Tognoli e Guimarães (2009), essa obra é considerada um *turning point* na área, configurando o terceiro grande momento na história da Diplomática, ao lado das regras estabelecidas por Mabillon e dos princípios teóricos formulados por Sickel e Ficker. Na obra, Duranti volta a chamar a atenção para as ideias outrora defendidas por Bautier, ao atentar

para o fato da Diplomática e a Arquivística possuírem ambas o mesmo objeto: o documento de arquivo, embora com concepções diferentes. Pode-se dizer que as pesquisas de Duranti foram fundamentadas em duas convicções:

- Que a diplomática é uma ciência viva, não uma disciplina antiga, capaz de renovar-se sem comprometer seus princípios fundamentais; segundo, que os conceitos e princípios diplomáticos podem ser usados para desenvolver sistemas, para criar e manter documentos.
- Os conceitos sobre o que é documento arquivístico, vindo da diplomática clássica, foram usados para entender o que já existia. O caráter moderno de sua proposta foi utilizar as mesmas regras metodológicas para algo novo, aplicáveis de maneira retrospectiva. (RODRIGUES, 2008, p. 156)

Desse modo, a Diplomática e a Arquivística passam a atuar conjuntamente na resolução de problemas atuais, com base na associação dos fundamentos de ambas as disciplinas. Entre as várias demandas suscitadas no momento presente, está a problemática dos documentos arquivísticos digitais, sua gestão, preservação e acesso. O capítulo seguinte intitulado “A Diplomática e os documentos arquivísticos digitais” abordará justamente a questão dos documentos digitais e a contribuição da Diplomática nesse processo.

5 A DIPLOMÁTICA E OS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

Com a propagação das novas tecnologias e a produção acentuada de documentos em ambientes digitais, criaram-se novos desafios aos arquivistas: como manter os documentos em meio digital sem prejuízo de sua integridade, fidedignidade e autenticidade? Como preservá-los ao longo do tempo nos sistemas em que foram gerados e conferir-lhes o acesso? Para responder a essas questões, a Arquivística vai novamente se

aproximar dos aportes metodológicos da Diplomática, visto não ser capaz de resolver estes desafios por si só.

Novamente o papel de Luciana Duranti é fundamental. Em 1999, ela lança no Canadá o “*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*”, conhecido por Projeto InterPARES, com o objetivo de produzir conhecimento teórico e metodológico e formular políticas para a produção e preservação dos documentos digitais. Para tanto, contou com a contribuição de várias disciplinas, entre elas a própria Diplomática que forneceu os conceitos de autenticidade e fidedignidade dos documentos e os elementos necessários que caracterizam o documento digital (RODRIGUES, 2008).

O Projeto InterPARES, desde sua criação, contou com o apoio de pesquisadores dos setores público e privado de inúmeros países. Tognoli e Guimarães (2009) elencam os objetivos e os resultados do Projeto: em sua primeira fase, em 2001, criaram-se requisitos e métodos para a produção, manutenção, seleção e preservação de registros digitais autênticos; na segunda fase, em 2002, a preocupação foi garantir que tais requisitos e métodos fossem aplicados também em documentos oriundos de atividades artísticas, científicas e governamentais (essa fase teve o apoio do Brasil, entre outros países da América Latina); e na terceira fase, em 2007, o objetivo foi divulgar e implementar os métodos e exigências aos documentos de arquivo de instituições de médio e pequeno porte, de forma a garantir a sua preservação e acesso.

Basicamente, os estudiosos do InterPARES partiram do pressuposto de que os documentos digitais, exatamente como os documentos analógicos, são constituídos por elementos que podem ser identificados e avaliados por meio da análise diplomática (RONDINELLI, 2004). Para a Diplomática, os documentos de formatos, datas e proveniências distintas são suficientemente similares aos documentos arquivísticos convencionais, em se tratando de seus elementos formais. Nas palavras de Duranti,

Ainda que possam se manifestar de maneiras diferentes, os mesmos elementos formais que estão presentes em documentos tradicionais também existem, explícita ou implicitamente, em documentos eletrônicos². (DURANTI, 2005, p. 7)

Observa-se que a problemática em torno dos documentos digitais se dá, entre outros motivos, porque esses são mais propensos a perder suas características no que concerne à autenticidade, integridade e identidade devido à forma como são produzidos, transmitidos e manipulados.

Cabe destacar a publicação “Diretrizes para a presunção da autenticidade de documentos arquivísticos digitais”³ (CONARQ, 2012), a qual fornece instruções no sentido de garantir a manutenção da autenticidade de documentos arquivísticos em meio digital, além de trazer alguns dos conceitos acima relacionados. A autenticidade, por exemplo, é definida como a “qualidade de um documento ser exatamente aquele que foi produzido, não tendo sofrido alteração, corrompimento e adulteração”, sendo composta por integridade e identidade. Já a

² Na literatura arquivística internacional, percebe-se a utilização do termo “documento eletrônico”, como sinônimo do termo “documento digital”. Salienta-se, no entanto, que a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), criada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em 1995, faz distinção entre os dois termos. Enquanto que o documento eletrônico é entendido como a “Informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico”, o documento digital é a “Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional”. Logo, um documento digital pode ser considerado eletrônico, mas nem todo documento eletrônico será um documento digital. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdegl_ossario_v6_public.pdf>. Acesso em: 27 maio 2016.

³ As “Diretrizes para a presunção da autenticidade de documentos arquivísticos digitais” é uma publicação do CONARQ, aprovada pela Resolução n. 37, de 19 de dezembro de 2012. Disponível em:

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/conarq_presuncao_autenticidade_completa.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.

integridade é definida como a “capacidade de um documento arquivístico transmitir exatamente a mensagem que levou a sua produção (sem sofrer alterações de forma e conteúdo) (...)”. Por fim, a identidade é compreendida como “o conjunto dos atributos de um documento arquivístico que o caracterizam como único e o diferenciam de outros documentos arquivísticos” (CONARQ, 2012, p. 2). Há também a definição da presunção da autenticidade de um documento arquivístico, que se dá “com base na análise da forma e do conteúdo e no ambiente de produção, manutenção/uso e preservação deste documento” (CONARQ, 2012, p. 4).

Nesse sentido, a Diplomática possibilita a identificação dos elementos considerados essenciais para que o documento digital seja considerado arquivístico. São estes: forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação, além do envolvimento de cinco pessoas: autor, redator, destinatário, originador e produtor (RONDINELLI, 2011).

A forma fixa e o conteúdo estável remetem à ideia da estabilidade, presente implicitamente no conceito de documento arquivístico. Significam que o documento arquivístico digital deve manter a mesma apresentação que tinha quando “salvo” pela primeira vez. A relação orgânica, por sua vez, é mais uma característica presente no conceito de documento arquivístico. Refere-se ao fato dos documentos de arquivos se constituírem em registros de atividades e, como consequência disso, manterem vínculo entre si. Em se tratando dos documentos arquivísticos digitais, esse vínculo se dá em ambientes híbridos, ou seja, que abrangem, ao mesmo tempo, documentos digitais e não digitais. Já o contexto identificável se caracteriza por transferir o foco da análise do documento em si para a estrutura que o permeia. A ação se relaciona ao fato do documento arquivístico participar ou apoiar uma ação, isto é, sua criação pode ser obrigatória ou facultativa (RONDINELLI, 2011).

Finalmente, o documento arquivístico digital é caracterizado em sua produção pelo envolvimento de cinco pessoas, quais sejam: o autor (autoridade competente para criar o

documento); o redator (pessoa autorizada a redigir o documento); o destinatário (pessoa a qual o documento se destina); o originador (proprietário do endereço eletrônico ou espaço eletrônico a partir do qual o documento é transmitido ou compilado e salvo, no caso de ser essa pessoa diferente do autor/escritor do documento) e o produtor (pessoa jurídica que se constitui no fundo arquivístico o qual pertence o documento e que será vital para a preservação da sua proveniência) (RONDINELLI, 2004).

É importante destacar que nos documentos arquivísticos digitais, tais componentes não se encontram reunidos de modo inseparável, ao contrário, são armazenados e gerenciados separadamente, sendo denominados de metadados⁴. A definição dos metadados é considerada uma das formas utilizadas para analisar diplomaticamente um documento arquivístico digital, a fim de que sejam mantidas as suas características de fidedignidade e autenticidade. Aqui, a Diplomática, mais uma vez, se sobressai ao contribuir com a problemática da preservação digital. Sobre esse aspecto, Sayão (2010) afirma que está cada vez mais claro que existe uma parte do problema de preservação digital de longo prazo que só será resolvido a partir da identificação de um conjunto de dados e informações, expressos na forma de metadados, que apoiem os processos de gestão da preservação digital.

Duranti (2014), quanto à preservação digital, explica que preservar um documento nascido digital envolve a manutenção da capacidade de reproduzi-lo ou recriá-lo. Para Rondinelli (2004), esses documentos se mantêm autênticos por meio de processos contínuos de cópias e migração de suporte, processos esses necessários devido à fragilidade dos suportes e à obsolescência tecnológica.

⁴ Segundo o Glossário da CTDE, “metadados” são dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo.

Evidencia-se a questão da manutenção da cadeia de custódia de documentos arquivísticos, conceito esse criado por Jenkinson (1922), que se refere a

Linha contínua de custodiadores de documentos arquivísticos (desde o seu produtor até o seu legítimo sucessor) pela qual se assegura que esses documentos são os mesmos desde o início, não sofreram nenhum processo de alteração e, portanto, são autênticos. (CONARQ, 2012, p. 1)

Flores (2016) revisitou o conceito de manutenção da cadeia de custódia, estendendo-o também em relação aos documentos arquivísticos digitais. O autor defende que essa deve ser feita através de ambientes considerados autênticos, como os Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – (SIGAD`s)⁵, responsáveis pelas atividades referentes à gestão de documentos, tais como produção, tramitação, classificação e avaliação, as quais ocorrem nas fases corrente e intermediária, e, após, na fase permanente, por meio dos Repositórios Digitais Confiáveis Arquivísticos – (RDC`s-Arq)⁶, que contemplam as atividades de arranjo, digitalização, descrição, difusão e acesso aos documentos; não permitindo que sejam realizadas ações típicas de gestão de documentos, como por exemplo, a avaliação (e, conseqüentemente, a eliminação documental).

⁵ O e-ARQ Brasil (2011), o SIGAD se refere a “um conjunto de procedimentos e operações técnicas, característico do sistema de gestão arquivística de documentos, processado por computador. Pode compreender um software particular, um determinado número de softwares integrados, adquiridos ou desenvolvidos por encomenda, ou uma combinação destes”

⁶ O documento “Diretrizes para a implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC – Arq.)”, publicado pela Resolução n. 43, de 4 de setembro de 2015, do CONARQ, descreve Repositório Arquivístico Digital como sendo o repositório que armazena e gerencia documentos e metadados e que visa proteger as características do documento arquivístico, em especial a autenticidade e a relação orgânica entre os documentos. Assim, um Repositório Arquivístico Digital Confiável deve ser capaz atender aos diferentes procedimentos arquivísticos e aos requisitos de um repositório digital.

Portanto, caso a cadeia de custódia arquivística seja desfeita, o tempo em que os documentos não estiveram sob a égide do seu produtor/sucessor poderá provocar dúvidas em relação à presunção de autenticidade desses documentos (CONARQ, 2015).

A Diplomática, assim, fornece subsídios para que as características do documento arquivístico digital sejam mantidas ao longo do tempo, correspondendo às demandas informacionais da atualidade, em que emergem novas formas de produção, uso e formatos de documentos arquivísticos.

Constata-se que a Diplomática contribui fortemente com a Arquivística, ao fornecer-lhe um aporte teórico capaz de suprir alguns dos desafios da contemporaneidade. Esse capítulo versou sobre a Diplomática e a questão dos documentos arquivísticos digitais. A seguir, está o capítulo destinado às considerações finais, onde as ideias apresentadas no artigo serão retomadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou, por meio de revisão de literatura, a trajetória da Diplomática, bem como os seus pontos de convergência com a Arquivística. Verificou-se que a Diplomática, enquanto ciência dinâmica, desde sua criação, foi passando por transformações ao longo dos séculos. Do documento medieval ao documento contemporâneo, da espécie à tipologia documental, do foco no documento isolado ao foco no conjunto documental. A Diplomática modificou-se sem, contudo, alterar o seu aporte metodológico. Essas transformações culminaram na abordagem mais conhecida atualmente como Diplomática Contemporânea.

Por outro lado, evidenciou-se o nascimento da Arquivística, a ciência dos arquivos. Criados, primeiramente, para atender aos interesses administrativos, jurídicos e financeiros de quem os produziu, os arquivos podem, posteriormente, apresentar valor histórico, ao se apresentarem como vestígios das atividades humanas em diferentes tempos. Por essa razão, os documentos

arquivísticos necessitam manter, ao longo dos anos, sua integridade, autenticidade e fidedignidade.

Nas últimas décadas, porém, a Arquivística vem apresentando inúmeros desafios motivados pela produção em larga escala de documentos em formatos e suportes multivariados.

Verificou-se, assim, uma aproximação entre as áreas a partir da constatação de que ambas possuíam o mesmo objeto de estudo – o documento de arquivo. A Diplomática, outrora marginalizada no meio arquivístico, passou a atuar em conjunto com a Arquivística na resolução de muitos dos problemas informacionais da atualidade. Se antes a Diplomática era voltada para o estudo da estrutura formal e da legitimidade de documentos públicos e notariais, hoje, se encontra voltada para a gênese documental, isto é, para a compreensão do contexto de produção do documento. Em outras palavras, a Diplomática Contemporânea permite que por meio da análise dos elementos constitutivos do documento se chegue à compreensão do seu vínculo arquivístico, independentemente do seu formato ou suporte, como mostram os estudos de Paola Carucci e Luciana Duranti, por exemplo.

A nova abordagem da Diplomática, que tem por foco a análise da tipologia documental, coloca a ação que originou o documento no cerne para a realização das tarefas arquivísticas. A tipologia documental é, portanto, fator-chave para a implementação satisfatória das atividades de tratamento documental, tais como a identificação, a classificação, a avaliação e a descrição de documentos.

No que tange aos documentos arquivísticos digitais, concluiu-se que a Diplomática mais uma vez contribui com a Arquivística, ao propiciar a elaboração e a preservação de documentos autênticos e confiáveis. Por meio da utilização de metadados, pode-se verificar se os documentos sofreram algum processo de adulteração em sua transmissão e manutenção ao longo do tempo.

Pelo exposto, conclui-se que a ampliação do objeto da Diplomática, possibilitou que a Arquivística correspondesse de forma favorável às demandas informacionais da atualidade. É por meio da compreensão do contexto de produção dos documentos, que o arquivista poderá entender como e porque o documento foi gerado. Por outro lado, o que se deseja de um documento arquivístico é que esse conserve suas qualidades de autenticidade, confiabilidade, integridade e completeza, independente do seu suporte e, a Diplomática, com seus preceitos e métodos, permite a consecução dessas características, a fim de garantir o acesso aos documentos arquivísticos, inclusive os digitais.

REFERÊNCIAS

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 5. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2015. 128 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudo e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 477 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 320 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. Projeto Como Fazer. v. 8. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. 120 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). **Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais**. 6 ver.. 2004. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf>. Acesso em: 27 maio 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **e-ARQ** Brasil: Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução n. 37, de 19 de dezembro de 2012**. Aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=832&sid=46>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução n. 43, de 4 de setembro de 2015**. Altera a redação da Resolução do CONARQ n. 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2016.

DURANTI, Luciana. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do Projeto InterPARES. **Arquivo & Administração**, v. 4, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2005. Trad. Jerusa Gonçalves de Araujo.

DURANTI, Luciana. **Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia**. Carmona: S&C Ediciones, 1996. 172 p.

DURANTI, Luciana. **Involuntary Secondary Permanence: do many copies replace the one original?** New Haven, Connecticut - EUA. 43 slides, color. Material elaborado para a Palestra na Yale University Library, em 4 de novembro de 2014. Disponível em: <https://interparestrust.org/assets/public/dissemination/Duranti_2014_YaleLibraries.pdf>. Acesso em: 31 maio 2016.

FLORES, Daniel. **A difícil tarefa de manter a cadeia de custódia digital dos documentos arquivísticos autênticos ou autenticados.** Rio de Janeiro – RJ. (Material de Palestra), CENDOC – Centro de Documentação da Aeronáutica, de 13 a 15 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://documentosarquivisticosdigitais.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

GALENDE DÍAZ, Juan Carlos; GARCÍA RUIPÉREZ, Mariano. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. **Revista General de Información y Documentación**, v. 13, n. 2, p. 7-35. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID0303220007A>>. Acesso em: 1 ago. 2015.

GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JEKINSON, Hilary Sir. **A Manual of archive administration.** Oxford: Oxford University Press, 1922.

KUROKI, Ívina Flores Melo; MARQUES, Angélica Alves da Cunha. O princípio da proveniência à luz da filosofia e sociologia da ciência: contribuições para a configuração da Arquivologia. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 335-349, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/26838>>. Acesso em: 24 maio 2016.

NASCIMENTO, Natália Marinho do; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. A relação entre os estudos de tipologia documental e o processo decisório. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 291-308.

RIESCO TERRERO, Angel. La Paleografía y Diplomática en el marco de los estudios de documentación. *In*: CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, I, 2000. Madri. **Anais eletrônicos...** Madri. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Ariesco.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma nova função arquivística? **Revista EDICIC**, v. 1, n. 4, p. 109-129, 2011. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista/index.php?journal=RevistaEDICIC&page=article&op=view&path%5B%5D=79>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática Contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/pt-br.php>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão necessária**. 2011. 270 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <http://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_rondinelli.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SAYÃO, Luís Fernando. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 15, n. 30, p. 1-31, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2010v15n30p1/19527>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. e atual. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n.1, p. 21-44, 2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1084>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. *In*: CONGRESS ISKO-SPAIN, IX. 2009, Valência. **Anais eletrônicos...** Valência. Disponível em: <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/3847_Bolfarini.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2015.

TROITIÑO-RODRIGUEZ, Sonia Maria. A tipologia documental como instrumento para a seriação de documentos. **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 243-258.

***THE DIPLOMATIC TRADITIONAL FOR DIPLOMATIC
CONTEMPORARY: TRAJECTORY AND CONVERGENCE WITH THE
ARCHIVAL SCIENCE***

***Abstract:** This article discusses the path taken by the Diplomatic from its origin when its purpose was to prove the authenticity of medieval documents, to the present time, in dealing with documental genesis, in other words, the study of how the documents appear in for entities that produced them. This is a literature search, the type of literature review, which was to supply the national and international literature available in journal articles, books and theses. It presents the history, the concepts and the contribution of the Diplomatic for archiving, as by providing subsidies for the analysis of the elements of the documents, the Diplomatic can contribute to the understanding of the document together as an organic whole. Thus concludes that the Diplomatic is an important tool to be appropriate for archiving, and the purpose of the processing of documentary collections, encompassing the various documents produced today, including digital.*

***Keywords:** Diplomatic. Diplomatic Traditional. Diplomatic Contemporary. Archival Science. Typology Documentary.*

Originais recebidos em: 21/06/2016

Aceito para publicação em: 25/08/2016

Publicado em: 08/12/2016